



Os tempos no discurso do jornal: fotografia, títulos e diagramação¹

Elton Antunes

Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal da Bahia²

Resumo

Pode-se afirmar que a problemática temporal no jornal impresso diário apresenta-se através de duas dimensões relacionadas: uma diz do seu ciclo de “aparecimento” a cada 24 horas, a sua condição de instrumento periódico; a segunda refere-se às noções temporais que constituem as formas discursivas do jornal quando produz o relato de acontecimentos. Nosso interesse nesse trabalho circunscreve-se ao segundo aspecto da prática discursiva do jornal e à maneira como podemos pensar, no âmbito da chamada análise do discurso, as modalidades de apresentação e elaboração do sentido de atualidade, tendo em vista alguns elementos específicos (a fotografia, os títulos e a diagramação) componentes do conjunto das matérias significantes que conformam o discurso jornalístico.

Palavras-chave

Jornal impresso; temporalidade; análise do discurso

Introdução

É conhecida e recorrente a imagem do jornalista como uma espécie de “historiador do presente”. A notícia, por sua vez, produto típico desse ofício, é tomada como forma de conhecimento do tempo presente, do cotidiano. Assim como para o conhecimento histórico, diz-se que o tempo é matéria fundamental para se conceber o jornalismo. Nossa incursão, todavia, no escopo dessas anotações, não se dá no plano de uma discussão em geral sobre a questão do tempo no jornalismo. Buscamos articular algumas reflexões considerando um produto específico, o meio jornal impresso diário, e como o seu discurso, tomado num sentido amplo, se articula em torno das questões da temporalidade.

Pode-se inicialmente afirmar que a problemática temporal no discurso do jornal impresso diário apresenta-se através de duas dimensões relacionadas: uma diz do seu ciclo de “aparecimento” a cada 24 horas, a sua condição de instrumento periódico; a segunda refere-se às noções temporais que constituem as formas discursivas do jornal quando produz o relato de acontecimentos. As relações entre tais dimensões compõem o esforço enunciativo do jornal para articular o seu relato da “história do presente” com o tempo vivido dos sujeitos sociais. São dois eixos transversais: a periodicidade ajuda a

¹ Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Professor do Departamento de Comunicação Social da UFMG e doutorando junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA, linha de Análise de Produtos Midiáticos.



construir uma expectativa sintagmática, induzida pela distribuição da informação em seqüência, e uma expectativa paradigmática, ligada à aparição do jornal sempre com o mesmo discurso informativo. O jornal moderno constitui-se através de uma modalidade de articulação dessas duas expectativas, na qual oculta-se o retorno diário do mesmo discurso recobrando-o com a episodicidade da narrativa jornalística dos acontecimentos (Mouillaud, 1989 e 1997; Landowski, 1992).

Nosso interesse nesse trabalho circunscreve-se ao segundo aspecto da prática discursiva do jornal: as modalidades de apresentação e elaboração do sentido de atualidade, tendo em vista alguns elementos (a fotografia, os títulos e a diagramação) componentes do conjunto das matérias significantes que conformam o discurso jornalístico, no âmbito da chamada análise do discurso. As matérias significantes aqui tratam, em alguma medida, dos elementos que, além da composição textual baseada em signos lingüísticos, permitem que um texto se transforme em jornal. É uma abordagem introdutória, já que tanto a discussão sobre os elementos gráficos (Charadeau, 2004:368), quanto da noção de *mídium* (Maingueneau, 2001), que permitem conceber o discurso jornalístico no dispositivo jornal a partir da associação de elementos icônicos (infográficos, ilustrações, fotos etc.) e paratextuais (intertítulo, título, assinatura, data), ainda se fazem muito iniciais no âmbito da análise do discurso.

O trabalho não pretende, assim, verificar quais as representações sobre o tempo que o jornal possa ter, mas indiciar se e como o discurso jornalístico neste dispositivo, através de algumas de suas formas discursivas, se significa como um discurso “temporalizado”.

Nesse sentido, um ponto de partida é mesmo a noção de atualidade, pivô para compreensão do discurso da informação jornalística. O discurso jornalístico nos torna presente uma realidade, mas também nos coloca em presença dela. Diante do jornal, o leitor pergunta “o que é que se passa hoje?” Mas o que é, ou melhor, como se produz este lapso – o hoje, o agora, o atual – no qual ele, os acontecimentos e o jornal se encontram? Foucault (1972:162), discutindo a noção de acontecimento, dizia que a atualidade estava na “borda do tempo que envolve nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade”. A borda, esse entalhe que permite a figuração do tempo, precisa um pouco mais a nossa perspectiva. Não se trata de fazer o debate sobre o tempo (o tempo da história, da física, da filosofia, a “substância” do tempo etc.) e implicar-nos numa busca de uma teoria da temporalidade. O pressuposto é de que a linguagem

permite ao homem a experiência temporal já que “só quando o tempo é semiotizado pode o ser humano apreendê-lo e medi-lo” (Fiorin, 2002:139).

O tempo jornalístico

Charaudeau (1997) explica que a finalidade da informação mediática é dar conta do que advém ao espaço público selecionando eventos a serem reportados segundo seu potencial de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. As dimensões temporais no discurso jornalístico são em geral referidas à condição de atualidade que pode desdobrar-se em quatro aspectos bem particulares, todos recursivamente determinantes: 1) conteúdo relativo à temporalidade de uma ocorrência; 2) conteúdo ligado à imediaticidade da experiência relatada; 3) o ritmo da produção e a periodicidade da circulação; 4) a temporalidade instaurada pelo processo de recepção (Franciscato, 2002).

Para Charaudeau, a noção de atualidade diz respeito a uma operação de significação acionada pelas instâncias de produção e de interpretação da informação, o processo de eventualização, responsável pela emergência dos acontecimentos.

“Sabemos que os media têm por encargo dar conta dos acontecimentos que se situam em uma co-temporalidade enunciativa, aproximando-se dos momentos da corrente temporal: instante do surgimento do acontecimento>instante da produção mediática>instante da saída do produto mediático>instante do consumo da notícia. Cada suporte o faz de acordo com seus meios técnicos, embora tenham em comum o quadro temporal da atualidade.”
(Charaudeau,1997:150)

A noção de atualidade, para o autor, é central no seu entendimento de contrato de comunicação mediático: ela visa responder à questão “o que se passa nesse momento?”, determinando assim as escolhas temáticas dos assuntos objeto de atenção do discurso jornalístico. A atenção à atualidade irá conferir à informação jornalística sua natureza ao mesmo tempo efêmera e a-histórica. Tal condição, a chamada “obsessão do presente”, explicaria a dificuldades do discurso jornalístico em lidar com o passado e imaginar o futuro.

O núcleo dessa operação discursiva de constituição da atualidade remete ao processo de construção do acontecimento no campo da informação mediática, processo este atravessado por três ordens de problemas, como nos mostra Garcin-Marrou (1996): como esse acontecimento é narrado para se transformar em informação e como essa informação é dotada de um valor e uma significação que a faz emergir de um fluxo, tornando-a um acontecimento que incide novamente sobre a percepção do



acontecimento. O acontecimento não surge de um nada histórico, mas se inscreve sobre uma memória social, política e histórica que é também determinante na compreensão e designação do próprio acontecimento.

A narração refere-se às condições enunciativas que constituem o jornal, a partir do trabalho jornalístico de produção de mensagens, aquilo que justifica a própria existência do periódico, da construção de seu universo de leitores, e da maneira de constituição de um tipo discurso da atualidade que faz coincidir o acontecimento e sua enunciação. É esse ato de contar o mundo que faz do jornalismo um discurso duplamente contemporâneo: é “um relato atual de acontecimentos atuais” (Weaver, 1993:295).

Tal duplicidade funda também uma dupla temporalidade no processo de relatar o acontecimento, uma temporalidade marcada pela tensão entre latência e atualidade. A atualidade diz respeito aqui à capacidade da informação de irromper, revestida de um sentido de urgência, no discurso jornalístico. A latência, por sua vez, diz de um horizonte de significação “em aberto” no espaço da experiência. “A latência oferece à atualidade o ‘mundo’ necessário à leitura da informação como acontecimento” (Garcin-Marrou, 1996:57). “Atualidade e latência articulam, pois uma temporalidade complexa da constituição do acontecimento. Esta temporalidade faz eco ao triplo presente da narração, à diferença que ela permite descrever o que não é estritamente do presente, isso que ‘enquadra’ o presente”. (Garcin-Marrou, 1996:59). O acontecimento afirma-se em um tempo presente e aí procura sua expressividade. Mas, ao fazê-lo, coloca-se no limiar desse tempo através da idéia de atualidade.

O jornalismo é visto assim como um dispositivo que arquiteta o acontecimento com e no discurso, assegurando sua identificação. Tal discurso, feito de sentidos compartilhados e poroso à experiência coletiva social, organiza esta “refletindo e integrando num todo os fragmentos dispersos com que é tecida a trama do presente” (Rodrigues, 1994:107). O discurso da informação constitui-se, assim, como uma maneira de expressar, mas também de fazer circular o acontecimento. Coloca-o em movimento e, ao fazê-lo, alimenta a re-interpretação do próprio acontecimento. Daí que o acontecimento não seja uma mera “aparição” de eventos ditos objetivos num plano temporal chamado atualidade, o que nos remete para uma segunda ordem de questões. O acontecimento faz atualidade articulando as dimensões de passado, presente e futuro, condensando um triplo presente, noção que Garcin-Marrou recupera também de Paul Ricoeur. A atualidade não seria, então, uma qualidade dos acontecimentos e, portanto,



da informação jornalística. Seu aspecto mais aparente, o presente do acontecimento, não é a única dimensão temporal da informação. Ao narrar, o jornalista, como condição de compreensão, implica o acontecimento numa referência à sua própria história, o “presente das coisas passadas”. Já o “fato mesmo”, aquele posto como diferido dessa história, se constitui no “presente das coisas presentes”. O “presente das coisas futuras” é a própria expectativa do desenrolar-se, de seqüência, posta pelo acontecimento.

A narrativa jornalística, mesmo em sua modalidade mais típica, a notícia, não corresponde, todavia, a total recomposição no âmbito da linguagem da realidade fenomênica de um evento ou fato. Distintas modalizações no discurso é que irão permitir ao texto jornalístico, ao construir uma retórica voltada para apreender o cotidiano na sua dimensão singular e factual, apresentar o tempo do discurso como se fosse o tempo do próprio acontecimento. O relato jornalístico, sempre nucleado por um “tempo presente”, estimula uma sensação de simultaneidade entre os fatos e o momento de sua apropriação pelo leitor. É nesse sentido que podemos falar do relato jornalístico como um discurso que se volta não propriamente para o acontecimento ou para o acontecido, e sim para o acontecer.

“A notícia inscreve-se na fenomenologia de nossa vivência do presente, de nossa duração, que é o tempo enquanto dado imediato da consciência. (...) A duração é um dado básico, elementar. Ela nos revela que esse tempo do mundo que experimentamos é um tempo do homem: a coisa é percebida na duração, assim como o sujeito se percebe também; toda construção coerente do mundo faz-se no tempo, num tempo” (Sodré, 1996:136).

É assim que o modo de construção do discurso do jornal impresso sobre o acontecimento é realizado de forma a lembrar o que os gregos chamavam ‘*Efheméros*’, o que dura um dia. Se, como diz Mouillaud (1997:63), “o acontecimento se apresenta como um planalto entre duas falhas que o identificam, isolando-o dentro do contínuum da duração (...), no tempo como no espaço, o acontecimento parece repousar sobre decisões que, atribuindo-lhe limites arbitrários, instituem a cena do acontecimento como cena legítima”. Na abordagem jornalística, o acontecimento não está apenas no tempo, num desenrolar histórico que lhe é exterior, mas o tempo é visado no acontecimento, na sua “duração”. É nesse sentido que Sodré aponta que no caso do jornalismo “não há exatamente ruptura e sim *ponto rítmico* na temporalidade cotidiana. Esta é a natureza do acontecimento noticioso. É como se o tempo fosse aí pensado por uma idéia de eternidade (uma espécie de eternidade moral dos valores) e se manifestasse ritmicamente por pequenos ‘perpétuos retornos’ (a reincidência dos fatos noticiáveis)” (Sodré, 1996:138).

Alguns tempos do jornal

Cada meio irá constituir, segundo modalidades específicas que regem sua economia enunciativa, o discurso jornalístico da atualidade. O jornal diário impresso não reúne condições para fazer coincidir o tempo do acontecimento, o tempo da produção da informação e o tempo da leitura, o que leva a um trabalho de compensação através de um espaço estratégico da informação que é diferente dos outros mídias. Quais a maneiras típicas do discurso jornalístico nos jornais impressos diários produzir relatos e comentários sobre o mundo e engendrar esse tipo de sentido convencionado como “informação da atualidade”? Para isso é preciso identificar e analisar as diferentes estruturas do discurso jornalístico do jornal impresso diário.

As diferentes teorizações sobre o discurso jornalístico que convergem para o campo da análise do discurso apontam hoje como fundamental a percepção dos produtos de informação midiática como um conjunto, uma totalidade de significação coerente que articula diferentes matérias significantes para engendrar o sentido que emerge desse discurso. Nessa perspectiva, devemos entender o jornal diário como uma forma: os leitores não se defrontam jamais com textos abstratos, ideais, desprendidos de toda a materialidade. Eles manejam ou percebem objetos e formas cujas estruturas e modalidades governam a leitura procedendo à possível compreensão do texto lido. Não existe compreensão de um texto que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor. O dispositivo prepara a leitura abrindo um “horizonte de expectativas”. (Mouillaud, 1997:29-36).

Composto de diversas matérias significantes que organizam o discurso - layout, textos, fotografias, títulos etc. – a dimensão temporal não deve então ser buscada no jornal unicamente pela configuração narrativa do texto verbal. Para além do mundo do escrito, outros circuitos de natureza temporal estão como que aí enganchados. Há, pois, diferentes sentidos de tempo no dispositivo jornal agenciados sob diferentes maneiras.

Os títulos, o jornal desde o epílogo

A pretensão inicial do título na página de um jornal diário é identificar uma dada matéria entre as demais da página, indicando seu elemento central de interesse. Os títulos de jornais dirigem o processo de apreensão dos leitores otimizando a construção de um contexto de interpretação das notícias e são vistos por Mouillaud (1997) como

um sistema, um dispositivo subordinado ao dispositivo jornal. O título é tomado como a principal expressão da estrutura do jornal, uma “região” que é articulada e articula a coluna vertebral da página e seu estrato transversal. A coluna é o elemento de base da unidade informacional e o estrato corresponde às áreas graficamente ocupadas pelos títulos. “O título representa uma região-chave do jornal na medida em que aparece na interseção de duas articulações; constitui uma unidade de corte do estrato e uma unidade de corte de coluna” (Mouillaud, 1989:100).

Como enunciados, os títulos atendem em geral a dois padrões distintos de acordo com o gênero informativo e a “topografia” do jornal. No primeiro caso, para notícias e reportagens tendem a se constituir em frases organizadas em torno de um verbo de ação, sem determinantes, para que se tome o substantivo pela maior indeterminação, e sem marcas temporais e aspectuais dos verbos, empregando-se o presente ou passado. Quando se tem a cobertura de acontecimentos que possuem um desenrolar ou mesmo o retorno a temas constantes, a duração é atestada pelos títulos anafóricos.

A disposição na página do jornal, por sua vez, vai caracterizar funcionalmente o título. Tomados em um *continuum*, quanto mais voltados para os lugares de entrada no jornal (primeira página), os títulos indicam uma proximidade temporal com o acontecimento relatado, sua singularidade eventual. As “manchetes” são aí a sua modalidade típica. À medida que caminham para as páginas internas, os títulos vão se articulando com enunciados invariantes no sistema de títulos (chapéu ou versal, que indicam temas recorrentes na abordagem do jornal), não exclusivos de uma única edição da publicação, mas que remetem à série, à coleção.

Consideradas as duas coordenadas, as polaridades se darão no sistema de títulos entre os títulos informativos e os títulos anafóricos. Os títulos tipicamente noticiosos (notícias e reportagens) se apresentarão como uma fórmula condensada do lide, destacando seu argumento central. No caso dos títulos anafóricos, far-se-á uso de sentença, nome ou locução indicativa de uma categoria que se atribui aos fatos, fazendo uso de figuras como a antítese, metáfora ou a paráfrase. “O título anafórico lembra os acontecimentos que começaram antes do número e dos quais a duração excede a duração quotidiana” (Mouillaud, 1997:105).

Mouillaud espousa a perspectiva de que os gêneros informacionais não constituem narrativa e, portanto, podem ser questionados quanto à possibilidade de expressarem uma temporalidade. Em alguma medida, ele segue a perspectiva de

Weinrich (1973), que não vê relação entre os tempos verbais e a experiência temporal vivida. É nesse sentido que, para Mouillaud, os títulos-assuntos são por definição *intemporais*, já que se trata de uma maneira do jornal desenvolver invariantes referenciais que permitem a produção de enunciados informacionais. Já os títulos anafóricos afiguram-se como *atemporais*: atêm-se meramente ao presente da informação, que é independente da temporalidade histórica.

“É, pois, necessário distinguir o tempo do acontecimento e a temporalidade do título enquanto enunciado de jornal. Caso se considere, por exemplo, o seguinte enunciado: ‘O rapto de A. Heineken’, a diferença entre as duas leituras é evidente: por um lado, ‘o rapto’ remete a um acontecimento datado e terminado (‘A. Heineken foi raptado’) mas ‘o rapto’, como título, designa um processo em curso que continua a ser válido para além do rapto datado. Esta última validade pertence ao mundo do jornal, ao sentido de um ‘mundo possível’. O título ‘O rapto de A. Heineken’ tem por função fazer o acontecimento perdurar por tanto tempo quanto aquele em que é produzido pelo jornal” (Mouillaud, 1997:109).

Nesse sentido, o presente da atualidade marcado pelos títulos anafóricos é tão só um índice de presença, o estar diante de, mas não constitui uma marca de temporalidade como a cronologia expressa pelas datas do jornal.

Já os títulos informacionais, obedecem à regra de apagar os traços que indicarão as circunstâncias de enunciação datadas, substituindo-as por marcas de processo ou estado. O enunciado informa sobre um acontecimento localizado numa cronologia específica e o título arranca-o desta linha temporal interpretando-o como presente.

“O título informacional (que é o enunciado específico do número) aparece como um momento entre duas enunciações opostas: em sua base, a narrativa histórica (que é o limite do artigo, um limite que nunca está completamente atualizado), e, em seu topo, uma classificação. A informação se produz na suspensão da narrativa. Caso se considerem os processos na ordem de sua produção, o título informacional representa um momento inicial, isto é, o ato presente; a presença que se fecha em duas direções opostas: de um lado, a narrativa encadeia o tempo, seqüência a seqüência; de outro, uma lista de classes fecha o presente de cada um dos números” (Mouillaud, 1997:115).

Fiorin (2002:143) mostra que “o eixo ordenador do tempo é sempre o momento da enunciação”, existindo algum tipo de vínculo entre o tempo lingüístico e outras formas temporais. Para ele existem na língua dois sistemas temporais: um relacionado diretamente ao momento da enunciação e outro ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado. Dessa forma, não seriam os títulos, além de um localizador e referenciador espacial, enunciados que organizariam uma “macro-narrativa”, a do jornal? Além de um ponto de passagem (espacial) entre o topo dos invariantes (os títulos-assuntos) e uma base narrativa (a história narrada no artigo), o título poderia ser visto, por um lado, como parte de uma grande narrativa que articula os diversos enunciados do jornal e lhes dá uma inteligibilidade em função das relações que

se estabelecem entre eles, e por outro lado, como o momento do “epílogo” de uma história que ele narra.

Assim, os títulos talvez sejam intemporais ou atemporais se referidos tão somente a um tempo de *chrónos*, de uma cronologia que implica narração de fatos segundo uma ordem progressiva e linear, heterogênea ao próprio acontecimento que se relata. Só que pensados unicamente nessa dimensão temporal, eles aparecem como que esvaziados de sua substância, que são os liames que o enunciado jornalístico guarda com o acontecimento.

Fotografia, a duração de um instante

A fotografia no jornal talvez seja o elemento mais evidente da relação do discurso jornalístico com a temporalidade. Se o jornal implica-se numa articulação com as diferentes diacronias presentes no mundo social, na análise de diferentes autores, a fotografia por definição lida com um tempo. Enquanto sistema significativa, ela provoca uma suspensão do tempo ao congelar num instante a imagem de um dado referente. É a idéia da fotografia como documento, como evidência, algo que atesta uma pré-existência do objeto que foi fotografado.

“A Fotografia instaura, na verdade, não uma consciência do estar aqui do objeto (o que qualquer cópia poderia fazer), mas a consciência do ter estado aqui. Trata-se, pois, de uma nova categoria de espaço-tempo: local-imediata e temporal-anterior; na fotografia há uma conjunção ilógica entre o aqui e o antigamente” (Barthes, 1990:36).

Para Barthes (1984), a realidade da fotografia é a “de ter estado aqui, pois há, em toda fotografia, a evidência sempre estarrecedora do isto aconteceu assim”. O núcleo da fotografia é seu processo de referenciação, sua capacidade de indicar, de remeter a uma realidade, de ser desta um indício. “A foto é literalmente uma emanção do referente. De um corpo real, que estava lá, partiram radiações que vêm me atingir, a mim, que estou aqui; pouco importa a duração da transmissão; a foto do ser desaparecido vem me tocar como os raios retardados de uma estrela” (1984:121).

A fotografia exprime enunciados na forma de textos imagéticos. Para além de ocupar um quadro, de ser uma modalidade de inscrição no espaço, trata-se de matéria significativa que permite um modo de expressão sensível do tempo.

“Os realistas, entre os quais estou, e entre os quais eu já estava quando afirmava que a Fotografia era uma imagem sem código, não consideram de modo algum a foto como uma ‘cópia’ do real _ mas como uma emanção do real passado: uma magia, não uma arte. (...) O importante é que a foto possui uma força constativa, e que o constativo da Fotografia incide, não sobre o objeto, mas sobre o tempo” (Barthes, 1984:132).

Que tempo é este? Para Barthes, trata-se de um tempo imobilizado, obstruído, o tempo do aoristo, que na conjugação grega aponta para a ocorrência de uma ação em momento passado, mas não determina se no instante em que se fala tal ação já está inteiramente realizada. A foto fala então de um *punctum*, não apenas no âmbito da forma, os detalhes imprevistos ou indesejáveis, um algo especial, um “ponto” que me toca ao fitar uma foto, mas também no âmbito de um tempo, a representação pura do “isso-foi”. A compreensão desse *punctum*, todavia, se dá no interior de uma percepção ampliada do tema da foto, do sentido a ver, em que incide a cultura e os conhecimentos socialmente partilhados, enfim do seu *studium* (Véron, 1994:56).

Se para Barthes a fotografia é um dispositivo técnico que concerne mais ao tempo que ao espaço, a técnica fotográfica, entretanto, não é suficiente para dizer do seu estatuto semiótico. A foto de reportagem, por exemplo, é uma modalidade de utilização de uma imagem fotográfica por um meio, a imprensa de informação. Tal uso lhe confere uma discursividade específica, e essa perspectiva de análise permite a Véron (1994) construir uma categorização das fotografias de imprensa em que a temporalização é a variável central.

Uma figura dessa categorização da fotografia jornalística é a foto testemunhal, que capta o “presente puro”, o instante fundamental arrancado ao acontecimento. É o instante pregnante, expressivo, a escolha do instante que exprime a essência do acontecimento. É uma fotografia marcada pela espontaneidade e conta de maneira imagética o que o texto que a acompanha relata verbalmente.

Segundo Véron, ao contrário do que normalmente se imagina, a fotografia testemunhal não configura o paradigma do uso no jornalismo de jornais e revistas de informação geral. A predominância é do seu contrário, a foto posada, que realiza um trabalho sobre a “memória”, articulando a temporalidade do mundo à biografia do indivíduo. O instante fugaz, o estar ali, vê-se premido na pose a ser fixado como eterno. Ao invés do momento aleatório, a pose se bate pelo momento ideal. “A pose é uma espécie de vingança do referente: se for inevitável que a câmera roube alguma coisa de nós, que ela roube então uma ficção” (Machado, 1984:51).

Outra figura comum ao discurso fotográfico nos jornais impressos é a chamada “retórica das paixões”. Ela é exemplificada por Véron pela fotografia que ao captar um instantâneo do rosto de um político indica seu “estado de espírito”.

“Se trata de um caso particularmente complexo da temporalidade fotográfica: a difusão dessa imagem por parte do meio enunciador reenvia ao presente de uma

conjuntura (mesmo se os limites estão um pouco frouxos: talvez dentro de um mês a situação que concerne a esse personagem político já não será a mesma). Ao mesmo tempo, essa ancoragem no presente da atualidade não deve nada às condições de produção da foto: as circunstâncias em que foi tomada, aquilo que o político fazia nesse momento, etc, não tem nenhuma importância. Todas as remissões indiciais são suspensas (Véron, 1994:60).

Por fim, o dispositivo jornal opera também com as “fotos categorias”. Aqui a foto é tão somente um quadro que permite ao leitor projetar-se como indivíduo a uma categoria de pessoas que compartilham uma mesma situação ou classe de problemas. O “haver estado ali” desaparece dessas fotografias e o tempo aparece interrompido, ele não passa. São fotos tipicamente ilustrativas, em geral produzidas em situações em que não se trata de captar a singularidade de algum acontecimento, mas os traços de um quadro exemplar.

Essa tipologia da fotografia de imprensa é um recurso analítico poderoso para análise do discurso jornalístico em sua articulação à dimensão da temporalidade. Pode mesmo funcionar como uma espécie de aríete para avançar sobre as muralhas que transformam o problema da temporalidade em uma questão óbvia no âmbito do discurso jornalístico. Contudo, alguns cuidados devem ser ressaltados no trabalho com essa abordagem discursiva da fotografia.

Machado (1984) nos alerta que tal perspectiva muitas vezes permanece refém de uma certa mitologia da imagem fotográfica, a de que ela é apenas um registro dos raios de luz refletidos pelos objetos do mundo. A idéia da “suspensão” do tempo, por exemplo, sempre se esquece que o instante “congelado” na foto é composto por infinitos outros instantes que o obturador da câmera não distinguiu.

Além disso, do ponto de vista da técnica, na era da imagem eletrônica/digital, todo tipo de alteração pode ser introduzida numa primeira imagem (ampliação, redução, apagamento, mudança de posição, acréscimo de elementos), incluindo correção de quantidade de luz, velocidade de captura da imagem ou mesmo acertos de foco. “O conceito de edição da fotografia se amplia e compreende hoje não apenas o trabalho de recorte do quadro e a sua inserção na página de uma revista, mas também a manipulação dos elementos constitutivos da própria imagem, até mesmo no nível de resolução do grão mais elementar de informação: o pixel” (Machado, 1997:242). A consequência de tal situação para a fotografia como matéria significativa do discurso jornalístico é, no mínimo, inquietante: “(...) uma vez que agora se pode fazer qualquer tipo de alteração do registro fotográfico e com um grau de realismo que torna a manipulação impossível de ser verificada, a conclusão lógica é que, no limite, todas as fotos são suspeitas e que,

também no limite, nenhuma foto pode legal ou jornalisticamente provar coisa alguma” (1997, 243).

É certo que os fotojornalistas continuam (ou seja, sempre o fizeram) controlando o acaso ou produzindo fotos sucessivas ou escolhendo e “editando” o material para realçar o efeito de realidade, evitando assim que um acidente desarticule a representação do real herdada da tradição figurativa. Haveria então, na fotografia, um processo crescente de descolamento, mas não de indiferença, em relação ao seu referente, já que a imagem se presta a outras formas de inscrição, de produção. “A imagem se oferece agora como um ‘texto’ para ser decifrado ou ‘lido’ pelo espectador e não mais como paisagem a ser contemplada” (Machado, 1997:244). Nessas condições, quais os ganhos em termos de objetividade e verossimilhança da forma do dispositivo fotográfico operar no jornalismo? Parece ser necessário avançar na categorização proposta por Véron e verificar como, no fotojornalismo contemporâneo, o discurso jornalístico – expresso dentre outras coisas na forma da perspectiva ou o lugar onde se põe o olho do sujeito, do recorte do quadro e a alusão ao extraquadro, o ângulo da tomada, (por exemplo) – pode estar a operar com outros sentidos de expressão do tempo e, portanto, da atualidade que ele narra. Deve-se investigar, por exemplo, se para além do instante único da fotografia testemunhal, muitas fotografias jornalísticas que povoam diariamente as páginas dos jornais não estariam produzindo um sentido de atualidade articulando uma representação do presente com a de um tempo imemorial, ao comporem os quadros imagéticos dos acontecimentos com certos arquétipos pictóricos que alimentam a cultura da sociedade contemporânea. Barthes disse que assim como o tempo tem um barulho (sinos, relógios), tem uma imagem: no seu mecanismo antigo, as máquinas fotográficas, no fundo, eram relógios de ver. Que tempo as fotos dos jornais nos permitem ver hoje?

Diagramação, um mapa do tempo

Segundo Fausto Neto (1994:333), pensar o discurso jornalístico no bojo de uma teoria da enunciação faz com que o entendamos não apenas “como um lugar de produção, mas de proposição de sentido, pois ele não só o nomeia, mas o indica. Não só o revela, como o classifica, hierarquizando-o de acordo com as economias enunciativas e os contratos de leitura de cada media”. Se aqui estamos buscando verificar como um sentido proposto pelo jornal, o de atualidade, articula-se com a dimensão temporal, seria razoável pensar que a matéria significativa da diagramação também incide sobre a

questão da temporalidade. Para Debray (1993), se forma é significado é porque o material não é indiferente. A escolha de um caractere, o formato, a paginação, o espaçamento entre as palavras, a qualidade do papel utilizado têm também efeitos de sentido, visual e tátil, e essas formas gráficas antecipam o estatuto social do que é apresentado para ser lido (e, portanto, a recepção reservada pelo leitor). Esses arranjos formais são constitutivos da própria mensagem. No jornal impresso falamos sem dúvida de significados incrustados, manifestos em um espaço visual. Como falar então de tempo?

Ao estudar a informação mediática no meio impresso, a análise do discurso mostra a dificuldade da tradição linguística em ultrapassar uma idéia de espaço unidimensional, restringindo o significante ao universo da linha de texto verbal escrito (e impresso). O reconhecimento da página como unidade de análise e, portanto, da existência de uma dimensão espacial que implica coordenadas horizontal e vertical e a presença de outros elementos não lingüísticos é já um avanço muito importante para o estudo da informação de atualidade no universo do jornal diário. Contudo, não estaria esse plano diagramático sendo tomado isoladamente, assim como o fora o texto verbal, e, portanto, também sofrendo nessa análise de algum tipo de reducionismo que nos impediria de verificar, por exemplo, dimensões temporais nesse nível discursivo? Reconhecer uma dimensão temporal no discurso do jornal não implica, em alguma medida, afirmar que todos os significantes aí presentes concorrem para sua caracterização?

A linguagem jornalística implica uma articulação simultânea das linguagens verbal escrita, fotográfica, gráfica e diagramática. Cada matéria, cada foto, cada unidade no jornal é como numa constelação, onde nenhuma estrela isoladamente tem sentido.

“El periódico forma un texto indisoluble y cada parte está relacionada con las demás. El comportamiento textual del periódico no significa que haya de leerse como una novela, de principio a fin. Podríamos decir que en cierto modo el periódico tiene la forma de un cubo ‘comecocos’, un juego de destreza físico-perceptiva. Estos cubos se puede comenzar a componer por cualquiera de sus caras, detener la composición en un sentido para continuar con otra, volver a la anterior, etc., pero todas sus partes siguen estando interdependientes.” (Vilches, 1987:55)

Entretanto, tal forma não implica apenas uma disposição espacial tal dos elementos significantes, de maneira a construir um campo perceptivo e permitir que o leitor comece sua leitura por um título, pule para um olho, percorra as fotos da página, salte para outras folhas... Além disso, a diagramação também diz que, à maneira da fotografia, aquele jornal no seu todo é um instantâneo do mundo, traz um sentido de

urgência, de registro de uma história em processo, de um imediato temporal. Uma boa sugestão desse instante capturado pela linguagem da diagramação é a própria situação tradicional da primeira página, indicadora de que, a cada momento, há uma profusão de acontecimento se sucedendo. Nesse sentido, tendências recentes de monotematização das capas de jornais poderiam sugerir que pensássemos um paralelo com o movimento ocorrido numa tradição da historiografia de expulsão do acontecimento em busca do tempo longo das estruturas.

A disposição de uma coleção de fatos, menos que fragmentação e ausência de análise, sugere a aspiração de representar o perecível, o vivo, o efêmero. Nesse sentido, é sugestiva análise que Mouillaud (1997) faz do *Libération* situando-o numa tendência dominante (à época na França, hoje mundial) de adoção da forma tablóide. “O tablóide traz um suplemento de ordem: com ele apareceu (...) uma seção ‘sem qualidade’, o acontecimento, caracterizado pelo fato de opor um, e somente um, acontecimento a todos os demais. (...) Percebe-se o que isto implica: a existência, a cada dia, de *algum* acontecimento que é o acontecimento”. É como se o relevo dado a tal fato fizesse dele um acontecimento que deve permanecer, perdurar. A cadernização do jornal, a multiplicação de cadernos especiais analisando em “profundidade”... É como se a atualidade não se dissipasse mais com a leitura do jornal.

É nesse sentido que, se o jornal deve ser visto como uma inscrição espacial do discurso jornalístico, na sua paisagem incidem elementos que não “aparecem” no mapa, mas modificam profundamente seu relevo, como o fazem os ventos e as chuvas na natureza. Os elementos discursivos presentes na página diagramada especificam também um dado momento, devem caracterizar uma forma de representação do provisório, do contingente. Se na coleção ou na série do jornal a idéia de tempo pode aparecer – a sucessão de um antes, um agora e um depois – na própria edição eles são representados como que “encavalados” no mesmo presente, a atualidade.

Contemporaneamente, os jornais diários mesclam elementos gráficos antes utilizados ou pelos chamados jornais de referências ou pelos ditos sensacionalistas (tipografia, forma das fotos, tamanho das páginas, cores etc.). Não seria, em alguma medida, uma tentativa de representar diferentemente o sentido de atualidade?

A diagramação é apenas mais um elemento que acentua as dificuldades de se pensar as premissas metodológicas para análise do discurso do jornal diário impresso como uma globalidade que envolve diferentes, mas articuladas, matérias significantes. Nossa intuição, nesse momento, é de que a dimensão temporal pode ser vislumbrada



como um eixo articulador dessas diferentes matérias significantes. Trata-se enfim de desenvolver a perspectiva insinuada por Landowski de que “ao tempo contado, ‘enunciado’, o da narrativa dos acontecimentos noticiados, se superpõe, assim, um tempo ‘vivido’, tempo da enunciação (e da recepção) do discurso que serve como suporte para a constituição da imagem própria do jornal como sujeito coletivo enunciante, e, correlativamente, à formação de um certo hábito próprio da clientela da qual se alimenta e, sem dúvida, satisfaz a expectativa diariamente” (Landowski, 1992:119).

Referências Bibliográficas

- BARTHES, Roland. A retórica da imagem. In: O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- , Le discours d'information médiatique. Paris: Nathan, 1997.
- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2004.
- DEBRAY, Régis. Curso de midiologia geral. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FAUSTO NETO, Antônio. A sentença dos media. In: _____ (org). Brasil, comunicação e política. Rio de Janeiro, Diadorim, 1994.
- FERREIRA, Giovandro. «Contribuições da análise do discurso ao estudo de jornalismo», Anais da Compós 2002 (11º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), Rio de Janeiro, junho 2002.
- FIORIN, José Luiz. As astúcias da enunciação. São Paulo: Ática, 2002.
- FRANCISCATO, Carlos E. A atualidade no Jornalismo. In: HOHLFELDT, Antonio et alii. Práticas Midiáticas e Espaço Público. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2001.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- GARCIN-MARROU, Isabelle. L'événement dan l'information sur l'Irlande du Nord. In Réseaux, Paris, CNET, abril 1996, p. 47-60.
- LANDOWSKI, Eric. A sociedade refletida. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.
- MACHADO, Arlindo. A ilusão especular. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MACHADO, Arlindo. As imagens técnicas: da fotografia à síntese numérica. In: _____. Pré-cinemas e pós-cinemas. Campinas: Papirus, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2001.
- MOUILLAUD, Maurice. O jornal – da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- MOUILLAUD, Maurice et TETU, Jean-François. Le journal quotidien. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989.
- RICOUER, Paul. Tempo e Narrativa. 3Vol. Campinas: Papirus, 1994/1997.
- SODRÉ, Muniz. “A forma da notícia”. In: _____. Reinventando a cultura. Petrópolis: Vozes, 1996.
- VAN DIJK, Teun A. La noticia como discurso. Barcelona, Ediciones Paidós, 1990.
- VÉRON, Eliséo, De l'image sémiologique aux discursivités, in revue Hèrmes, N° 13-14, Paris, CNRS Editions, 1994, p. 45-64.
- VILCHES, Lorenzo. Teoria de la imagen periodística. Barcelona: Paidós, 1987.
- WEAVER, Paul H. As notícias de jornal e as notícias de televisão. In: TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1993.
- WERINCH, Harald. Le temps. Paris: Seuil, 1973.